

Organizações sociais propõem plano para investimentos na Amazônia

Um plano para atrair investimentos para conservação, restauração e o desenvolvimento sustentável da Amazônia foi apresentado à presidência brasileira da COP30 por organizações sociais

A proposta foi entregue em Brasília em uma Agenda de trabalho com Ana Toni, diretora executiva do fórum que ocorrerá em novembro, em Belém, no Pará.



A iniciativa partiu de sete organizações sociais que atuam na região amazônica há mais de 30 anos.

O documento - denominado Ampliando o Financiamento de Soluções Baseadas na Natureza para Proteger a Amazônia: Um Roteiro de Ação - além de propor uma arquitetura para criar fluxos de financiamento climático para a Amazônia, também visa consolidar ações que viabilizem o desenvolvimento da economia verde na região e o fortalecimento da capacidade de implementar ações sustentáveis no bioma.

A iniciativa partiu de sete organizações sociais que atuam na região amazônica há mais de 30 anos, explica Gustavo Souza, diretor sênior de políticas públicas e incentivos da organização

não-governamental Conservação Internacional (CI).

“A gente vê que essas propostas em favor da Amazônia podem ser construídas dentro do High Level Climate Champions Office [órgão que articula governos, investidores e voluntários no âmbito da convenção do clima], para que a gente possa levar o tema da Amazônia de uma forma com maior visibilidade e com mais interação com outros setores produtivos,

como setor privado e setor financeiro.”, explica.

Segundo Gustavo, o tema financiamento climático da maior floresta tropical do mundo ganhou destaque a partir da informação fornecida pelo Banco Mundial de que, apesar de a Amazônia injetar anualmente na economia pelo menos US\$ 317 bilhões - os investimentos para que o bioma permaneça existindo somaram apenas US\$ 5,81 bilhões entre 2013

e 2022. A estimativa da instituição financeira é de que o mínimo necessário para manter esse ecossistema saudável é de US\$ 7 bilhões.

O valor seria capaz de evitar que o bioma chegue ao chamado ponto de não retorno, limiar em que os cientistas apontam a conversão de áreas da Amazônia em savana, a modificação drástica do regime de chuvas e extinção de espécies, decorrentes da mudança do clima.

“A gente não chegou nem a 10% dos recursos necessários para evitar o tipping point [ponto de não retorno] da Amazônia e combater o desmatamento. Então, esse é o panorama de fundo da carta. Mirando em algumas soluções inovadoras, ambiciosas, a gente consegue endereçar parte dessa lacuna de financiamento para a Amazônia”, explica (ABR).

Como fazer uma empresa familiar prosperar?

Pedro Signorelli (*)

Com muito mérito de seus fundadores, existem empresas familiares com vida bastante longa, que começaram realmente pequenas e hoje são grandes, ou pelo menos, médias empresas. No começo, gerir uma empresa significa uma coisa, mas com diversas áreas e funcionários, significam realmente outra. O ponto é que em algumas empresas familiares, ainda é comum encontrarmos um nível de amadorismo de gestão.

Isso acontece justamente pelo fato do negócio estar sendo comandado por membros da família, que muitas vezes não possuem todo o conhecimento necessário para tal em uma empresa que já não é mais pequena. E o potencial dela pode já não estar sendo tão bem aproveitado. Com muito esforço e boa vontade, essas pessoas lutam para entregar um trabalho de qualidade, mas a dúvida persiste: como fazer uma empresa familiar prosperar?

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as empresas familiares no Brasil empregam 75% da mão de obra no país e respondem por mais da metade do PIB. Por outro lado, um estudo do Banco Mundial aponta que apenas 30% das empresas familiares chegam à terceira geração e metade disso, ou seja, 15%, sobrevivem à sucessão de três gerações.

Existem muitos casos onde a terceira geração de uma família - no caso, o avô - abre uma empresa de determinado segmento e passa o comando para o seu filho, que assume todas as responsabilidades. No entanto, quando esse filho se torna pai e resolve fazer o mesmo com o seu primogênito, a empresa acaba tendo prejuízos e até mesmo fechando as portas. É aquele famoso ditado: avô rico, pai nobre e filho pobre.

Porém, como podemos quebrar esse paradigma? Sabemos que muitos jovens nem sempre se interessam pelas empresas de suas famílias, o que faz com que não queiram assumir e, consequentemente, não saibam nada sobre o modelo de negócio em si, o que levaria a organização à falência. Essa falta de interesse

pode ser um problema quando nenhum dos filhos quer assumir ou pior, quando só existe um filho e que não quer ter esse papel.

Por isso, analisando um cenário real onde nem sempre é possível deixar o negócio para os herdeiros, penso que as empresas familiares - apesar de manterem sua essência - deveriam cada vez mais investir em profissionalização. Não estou falando que devemos acabar com os laços afetivos, que às vezes se misturam com as responsabilidades profissionais, mas penso que para prosperar, precisamos encontrar um equilíbrio.

Como fazer isso? Adotar uma gestão por OKRs - Objectives and Key Results (Objetivos e Resultados Chaves) -, pode ser útil, até mesmo para uma empresa familiar. Por estarmos lidando com membros da família, é importante tentar separar o pessoal do profissional, para evitar conflitos e frustrações. Cada um saber a sua função e como esta contribui para o todo pode fazer a diferença nesse processo e os OKRs propõe justamente isso.

Metas ambiciosas de crescimento e de melhoria são fundamentais para estimular a todos a buscar oportunidades para aproveitar o potencial da empresa, que não chegou até aqui, depois de tantos anos, por sorte. Mas o que a trouxe até sua posição atual pode não ser suficiente para levá-la adiante. Por isso, a partir do momento em que cada colaborador, incluindo os integrantes da família, sabe o que precisa fazer, como tem que ser feito e está ciente de que possui as ferramentas certas, a empresa - familiar ou não - sai ganhando.

Desta forma, será possível entregar uma performance melhor e as chances são grandes de alcançar boa parte dos resultados que foram almejados no início do plano de execução de estratégia. Pode não ser de primeira, mas iterando ciclo após ciclo, e não são ciclos de um ano, são ciclos trimestrais, aumenta-se muito a chance de em um ano se alcançar metas que se alcançariam em três ou nem isso.

(*) - É um dos maiores especialistas do Brasil em gestão, com ênfase em OKRs (<http://www.gestaopratica.com.br>).

Brasil tem recorde de turistas estrangeiros no primeiro semestre

O Brasil registrou entrada recorde de turistas estrangeiros no primeiro semestre, divulgou o Ministério do Turismo. De janeiro a junho, o país recebeu 5.332.111 visitantes, alta de 48,2% em relação ao mesmo período de 2024. Segundo a Polícia Federal, os turistas da Argentina lideram a lista no primeiro semestre, com 2.323.891 visitantes, seguidos por Chile (442.993) e Estados Unidos (410.189).

O Plano Nacional de Turismo previa a entrada de 6,9 milhões de visitantes internacionais este ano. Com o resultado do primeiro semestre, o governo estima que a meta de 8,1 milhões de turistas estrangeiros para 2027 se materialize em 2025,

dois anos antes do previsto.

Apenas em junho, 444.882 turistas de outros países desembarcaram no Brasil, alta de 33,8% em relação ao mesmo mês de 2024. Atualmente, o turismo representa 8% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) e a perspectiva é de crescimento.

Segundo a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), a malha aérea cresceu 16% em 2025, após se expandir 18% no ano passado. O órgão atribui o aumento ao uso da inteligência de dados e ao aumento da promoção do Brasil em mercados internacionais (ABR).

INSS: mais de 2 mi de aposentados estão aptos a ser ressarcidos

O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, afirmou que 2,1 milhões de aposentados e pensionistas já estão aptos a receber o ressarcimento pelos descontos irregulares de mensalidades associativas nos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O ministro comentou a decisão do ministro Dias Toffoli, do STF, que homologou o acordo para realização dos pagamentos, que devem começar no dia 24 deste mês.

Wolney Queiroz explicou que o acordo foi necessário para dar rapidez ao processo de devolução dos recursos e evitar questionamentos jurídicos.

Segundo o ministro, o governo federal deve editar uma medida provisória para viabilizar os pagamentos. Pela

decisão de Toffoli, os recursos ficarão fora da meta fiscal do arcabouço fiscal.

“Com essa concordância do STF, o governo poderá editar uma medida provisória e pode fazer com que o Congresso aprove essa medida para que o governo tenha disponibilidade financeira para fazer o pagamento”, explicou.

O acordo representa o consenso entre o governo e o Judiciário. “É um dia de festa para nós, comemorar o retorno desses recursos para o bolso dos aposentados. Uma grande vitória do governo, uma grande vitória do presidente Lula, que me delegou pessoalmente essa tarefa de fazer com que nenhum aposentado e nenhum pensionista fique no prejuízo”, completou (ABR).

Segundo semestre combina valorização do real com perspectiva de desaceleração

A edição de junho do boletim Visão Financeira, elaborado por Nicola Tingas (economista-chefe da Acrefi), apresenta uma leitura estratégica sobre o cenário econômico para o segundo semestre de 2025. Segundo a análise, o Brasil deve experimentar um ambiente ambivalente, com fatores positivos no campo cambial e comercial, contrastando com previsões de desaceleração da atividade econômica.

Entre os destaques, o relatório aponta que a valorização de 11,6% do real no primeiro semestre de 2025 está ligada à combinação entre a política monetária restritiva brasileira e os impactos globais da chamada “Agenda Trump”. A instabilidade gerada pela nova administração norte-americana, somada ao enfraquecimento do dólar como moeda de reserva global, tem provocado uma reconfiguração nos fluxos de capital internacionais. “Esse movimento tem ampliado a atratividade de mercados emergentes, como o Brasil, que oferecem diferencial de juros e menor exposição à guerra tarifária em curso”, explica Tingas.

O relatório também aponta o reposicionamento de ativos nos bancos centrais globais, com o ouro assumindo papel de destaque enquanto reserva de valor - com alta de 25%, em meio à busca por proteção diante da instabilidade internacional. Já o Ibovespa apresentou desempenho superior ao das bolsas americanas, impulsionado pela atratividade dos ativos brasileiros e pela migração



de capitais para economias emergentes com diferencial de juros positivo. “Por ter uma economia relativamente fechada, o Brasil tende a sentir com menor intensidade os impactos da guerra tarifária, ao mesmo tempo em que amplia suas oportunidades de exportação, sobretudo no setor agropecuário”, explica o economista.

Apesar dos pontos favoráveis, o periódico alerta para uma perda de tração da economia nos próximos meses. Ainda que o PIB tenha superado as expectativas no primeiro semestre, os mais recentes indicadores de confiança e desempenho

setorial já apontam para uma desaceleração, com efeitos mais claros a partir do quarto trimestre.

Segundo a análise, os estímulos governamentais ampliaram emprego e renda para patamar bastante positivo; mas, por outro lado, mantêm atividade econômica em intensidade que sanciona trajetória da inflação acima da meta para vários anos, implicando que o COPOM (Banco Central) tenha de manter os juros reais elevados, na faixa de 10% ao ano, por longo período até que a queda das expectativas de inflação ocorra.

No campo fiscal, o relatório observa um esgotamento da política expansionista promovida pelo governo federal motivado pelos déficits orçamentários persistentes e fontes de financiamento insuficientes que fazem crescer a pressão por aumento de receitas via elevação de tributos. A proposta de aumento do IOF, por exemplo, tem enfrentado forte resistência do mercado e do Congresso, revelando as dificuldades políticas para sustentar medidas arrecadatórias num ambiente de baixo crescimento e elevado custo de capital.

“O Brasil vive um momento de transição e resiliência. O real fortalecido e a atratividade para investimentos estrangeiros representam uma janela de oportunidade, mas o crescimento sustentado exige atenção à política fiscal e ao controle das expectativas de inflação”, conclui Tingas (Fonte: Acrefi).

